



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

05/09/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Governo vai criar grupo para tentar explicar sumiço de 223 mil da fila do INSS

O Ministério da Previdência Social ainda busca explicações para o sumiço de 223 mil requerimentos de benefício inicial da fila do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). O órgão vai criar um grupo de trabalho para examinar o caso.

Como mostrou a Folha, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) divulgou duas estatísticas divergentes sobre a fila de pedidos em fase de análise administrativa — quando servidores do órgão verificam o cumprimento de requisitos de cada benefício e a documentação apresentada.

Enquanto um boletim produzido há 27 anos apontou uma fila de 1,42 milhão, o painel chamado "Portal da Transparência Previdenciária", criado pela atual gestão, indicou uma espera de 1,2 milhão.

As inconsistências também ocorrem nas perícias médicas. Reportagem do jornal Correio Braziliense mostrou diferenças nos dados: enquanto a "Transparência Previdenciária" informou haver 596.699 pedidos de perícia à espera de atendimento em junho, dados obtidos pelo jornal via LAI (Lei de Acesso à Informação) mostram um número maior, de 1.076.172 solicitações.

Em entrevista coletiva na sexta-feira (19), o presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, disse que o governo ainda não tem uma resposta para a divergência nos pedidos administrativos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 04 de setembro.

Ministro devolve processo e novo julgamento da revisão do FGTS já pode ser marcado

O ministro Kassio Nunes Marques devolveu o processo da revisão do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e um novo julgamento sobre o caso já pode ser marcado no STF (Supremo Tribunal Federal). A data, porém, depende da presidência da corte, que é quem determina a pauta das sessões.

A ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 5.090, de 2014, questiona a correção do dinheiro do Fundo de Garantia, que utiliza a TR (Taxa Referencial) mais juros de 3% ao ano. O pedido é para que se declare a inconstitucionalidade da taxa e substitua a atual fórmula de atualização por um índice que reflita a inflação. A TR rende próxima de zero.

A retomada do julgamento não é garantia de que a tese será julgada brevemente. O motivo é qualquer outro ministro pode pedir vista no processo para analisá-lo melhor. Com as mudanças na configuração da corte, após aposentadorias, essa solicitação tende a ocorrer, avaliam especialistas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 04 de setembro.

Moraes vota e forma maioria no STF pela contribuição assistencial

Na quinta-feira, 31, o ministro do STF Alexandre de Moraes, que havia liberado o caso para julgamento em 26 de junho de 2023 depois de pedir vista, votou a favor da cobrança de contribuição assistencial de trabalhadores não sindicalizados com valor determinado em assembleias.

Dessa forma ele formou maioria em favor dos Sindicatos. Em seu voto Moraes disse que:

“A contribuição assistencial tem por escopo principal custear as negociações coletivas. Logo, se não puder ser cobrada dos trabalhadores não filiados, é previsível que haja decréscimo nesse tipo de arrecadação com repercussão negativa nas negociações coletivas, como apontado pelo Min. ROBERTO BARROSO e ratificado pelo Min. GILMAR MENDES”.

Também votaram a favor da contribuição assistencial os ministros Gilmar Mendes (que mudou seu entendimento), Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Edson Fachin e Dias Toffoli.

Recentemente o STF retomou o julgamento da ação e reverteu seu entendimento anterior, inovando na decisão no sentido de que o sindicato pode estipular a contribuição assistencial em assembleia nos termos do art. 513, e, da CLT é essa contribuição deverá ser pagar por todos os integrantes da categoria, associados ou não ao sindicato.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 04 de setembro.

Economistas aumentam previsão do PIB para 2023 em 0,25 ponto percentual

Os economistas aumentaram em 0,25 ponto percentual a previsão para o PIB (Produto Interno Bruto) deste ano, segundo relatório divulgado pelo BC (Banco Central) na manhã desta segunda-feira (4).

O boletim Focus aponta uma expectativa de 2,56% para o crescimento da economia brasileira. Na semana passada, o índice estava em 2,31%.

Em compensação, houve piora na perspectiva para 2024, caindo de 1,33% para 1,32%, e ficaram estáveis as previsões para 2025 (1,90%) e 2026 (2%).

O salto de 0,25 ponto percentual é o maior desde 19 de junho deste ano, quando houve uma variação de 0,30 ponto percentual para cima em relação à semana anterior.

A divulgação do relatório ocorre na semana seguinte à aprovação do arcabouço fiscal pelo Congresso e ao anúncio do aumento de 0,9% no PIB do segundo trimestre deste ano em comparação com os três meses anteriores, secundado dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). É a oitava alta consecutiva e o Brasil tem 3,2% de crescimento no acumulado dos quatro trimestres.

O resultado foi acima do esperado pelo mercado, já que analistas de instituições financeiras e consultorias estimavam um crescimento de 0,4%, segundo a agência Bloomberg.

A divulgação dos dados desencadeou na sequência revisões para cima nas projeções de economistas de bancos como JPMorgan e Goldman Sachs, enquanto outros adiantaram que devem melhorar suas estimativas de 2023.

Os analistas também apontaram um aumento na previsão da inflação deste ano, indo de 4,90% para 4,92%, e de 2024 (de 3,87% para 3,88%).

O centro da meta oficial para a inflação em 2023 é de 3,25% e para 2024, 2025 e 2026 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Já as perspectivas para o dólar e a taxa básica de juros neste ano permaneceram em R\$ 4,98 e 11,75%, respectivamente.

Na sexta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o resultado do PIB (Produto Interno Bruto) foi uma surpresa positiva e que espera que a economia brasileira cresça 3% neste ano.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 05 de setembro.

Isenção para as compras de até US\$ 50 deve acabar

A equipe econômica previu o fim da isenção do Imposto de Importação para as compras online internacionais até US\$ 50 no Orçamento de 2024, enviado quinta-feira ao Congresso.

Segundo o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, foi considerada uma alíquota mínima de 20%, que deve gerar R\$ 2,8 bilhões em receitas extras com o fim do benefício.

A medida faz parte do esforço arrecadatório do governo, que precisa de R\$ 168 bilhões para garantir a meta de déficit zero nas contas públicas em 2024, como define o novo arcabouço fiscal

Para o presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves Filho, o patamar de 20% está muito aquém do necessário para se ter uma competição isonômica. "Não é aceitável. Basta ver o estudo do IDV / IBPT, no qual a carga tributária efetiva média é de 85%. Caso ocorra a implantação da alíquota de 20%, a destruição de empresas e empregos continuará, em especial nas médias e pequenas."

O IDV estima que dois milhões de vagas de emprego poderiam ser perdidas em dois anos com o fechamento de lojas no País.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 04 de setembro.